

- Toixo**, n. h., 1258. Inq. 410, 2.^a cl.
Toixo (Castinario de), geogr., 1258. Inq. 664, 1.^a cl.
Tojale, geogr., 1258. Inq. 594, 2.^a cl.—Id. 672.
Tojaria, geogr., 1258. Inq. 665, 2.^a cl.
Tojarie, geogr. (?), 1258. Inq. 652, 1.^a cl.
Tola, geogr., 1258. Inq. 370, 2.^a cl.
Tolegidi, geogr., 1098. L. Preto. Dipl. 530.
Tolinu, n. h., 936. Doc. most. Moreira. Dipl. 25, n.º 41.
Tollo, n. h., 1098. L. Preto. Dipl. 521, n.º 876.
Tolloões e Toloões, geogr., sec. xv. S. 205.
Toloes e Teloes, geogr., 1220. Inq. 250, 2.^a cl.
Tolones, geogr., 1255. Leg. 654.
Tolosa, villa, 1262. For. Tolosa. Leg. 701.
Tolperiz, geogr., 1258. Inq. 369, 2.^a cl.
Tolquedos, geogr., 1258. Inq. 554, 1.^a cl.
Tolquito. Vidè **Dalquido**.
Tomar, villa, 1162. For. Tomar. Leg. 388.—Id. 401.—S. 169 e 360.—Azurara, Chr. da Guiné, p. 60.
Tomás, app. m., sec. xv. S. 204.
Tome (uilla sancti), 1050. Doc. most. Moreira. Dipl. 229.—Id. 317 e 446.
Tomino (Casal de), geogr., 1258. Inq. 351, 1.^a cl.
Tomio. Vidè **Thomio**.

(*Continúa*).

A. A. CORTESÃO.

Miscellanea

1. Commercio de livros

O nosso país exportou no anno findo 147:280 kilos de livros impressos, no valor de 60:401\$000 réis. No anno precedente havia exportado 113:608 kilos, no valor de réis 51:723\$000 réis.

A importação feita pelo país, em livros impressos, deu o peso de 120:552 kilos, no valor de 95:223\$000 réis. Em comparação com o anno anterior houve as diminuições de 15:089 kilos e de 6:223\$000 réis.

(Do *Diario de Noticias*, de 8 de Setembro de 1909).

Nota.—Em mil oitocentos quarenta e tantos publicou Silvestre Pinheiro Ferreira uma *Breve observação sobre a legislação que regula o direito de importação dos livros portuguezes*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 4.º de 3 pp. Ao mesmo autor devemos as *Reflexões sobre os diferentes methodos de confeccionar os cata-*

logos das bibliothecas. Vieram publicadas no *Pantologo* de 1844, n.º 3, p. 20, e n.º 4, p. 29. Não encontro mencionado este ultimo trabalho na bibliographia do *Sumario das lições de Bibliologia*, 2.ª edição, 1900, do Sr. José A. Moniz. Este meu collega publicou em tempos, no *Commercio de Portugal*, um artigo com o titulo de «Commercio de livros», titulo tambem de uma dissertação do Sr. Figueiredo dos Santos Gil, publicada no *Boletim das Bibliothecas e Archivos*, de 1909.

2. Uma galeria de quadros

«Senhor—Reprezentou a V. Mag.^{de} por esta Meza Maria Caetana de Mendonça em sua petição: Que por diversas execuções Fiscaes que se fazião a seu irmão Antonio Soares de Mendonça por dividas pessoaes de que a mayor parte procedera de fianças e abonações estavam penhorados diversos moveis, alfayas, tapeçarias, pinturas muito valiosas e muitas dellas originaes, tremós e couzas semelhantes que ficarão por deposito particular, e que as maes dellas erão da suplicante que lhe couberão em partilhas judiciaes; e contra as poucas que respeitavão a herança do dito seu irmão, tinha a suplicante ações e interesses: E porque no cazo que todos ou parte dos ditos objectos viessem ou podessem vir a dar resultados, convinha reciprocamente, que o fossem em Leilão publico, dentro das mesmas cazas da Quinta do Campo pequeno, em que estavam e em cujas paredes estavam pregadas as tapeçarias e algũa dellas de sedas, e em que estavam penduradas as muitas pinturas: o que tudo não podia vir a Praça publica, nem guardar-se nos Almazens dos Depositos sem grande deterioração, risco e despeza vindo de tanta distancia».

(*Desembargo do paço, Côrtes*, maço 2119, n.º 28, em 1786).

Nota.—Antonio Soares de Mendonça, apesar de penitenciado na sua mocidade pela Inquisição, foi dos primeiros christãos-novos que recebeu o habito da Ordem de Christo. Era parente do celebre medico Ribeiro Sanches e juntou bella biblioteca que foi dispersa provavelmente por essa epoca.

Quando morreu estava bastante individado por motivo de descaminhos á Fazenda Publica, deixando ainda assim a sua irmã a quinta da Romeira, no Alfeite. (*Desembargo do Paço*, maço 813, n.º 30).

Veja-se Innocencio, *Diccionario*, t. I, p. 5 e t. VIII, p. 6, bem como a 2.ª edição do *Elucidario* de Viterbo.

3. Mina de carvão de pedra no Estoril

«... depois de muitas tentativas, descobrirão [Henrique Fernando Wagner e C.^a, proprietarios de hũa Fabrica de chitas no lugar de Tires, termo da villa de Cascaes] finalmente evidentes signaes de hũa mina do dito Carvão de pedra em distancia de hũa legoa de sua Fa-

brica na costa do mar entre as rochas contiguas a hum baldio adiante do convento de Santo Antonio pera a parte da villa de Cascaes . . . »

(Liv. xxviii do Registo de Consultas da *Junta do Commercio*, fl. 126 v).

Nota.—Esta noticia tem valor para a historia montanistica de Portugal e nesse intuito é que a recolhi aqui.

4. «Portus» de Portugalia

Num documento de Julho de 1290 (1252) encontra-se como testemunho *Dominicus Durã de portu portugalie*. Este documento está no primeiro pacote do maço innumerado de Vairão.

5. Destruction d'archives

Lors des récentes inondations à Paris, un certain nombre de liasses de comptabilité, déposées dans les archives de la cour des comptes, ont été complètement immergées et souillées. Le gouvernement, sur l'avis du conseil supérieur d'hygiène publique, demande à la Chambre l'autorisation de détruire ces documents qui intéressent un grand nombre de services et s'étendent de 1868 à 1907.

(*Le Petit Journal*, de 27 de Março de 1910).

6. Contra o roubo de sepulturas na Prussia

«O projecto de lei de protecção a monumentos protohistoricos e sobre excavações e achados de antiguidades foi concluida agora pelos ministerios interessadas e deve ir, depois de revista pelo ministerio do reino, ao *Landtag*. A lei tem por fim, no interesse da conservação dos achados das excavações para o publico, obstar aos remechimentos dos ladrões. Para isto é criada em todos os districtos administrativos a *comunicação obrigatoria*, de que resulta que a approvação das excavações d'esta especie só pode ser permittida pelos presidentes do governo (governadores civis). Por esta forma alcança-se que a busca e excavação de descobrimentos protohistoricos fiquem entregues ás estações, que se tem occupado até agora scientificamente com ellas e as podem fazer accessiveis ao publico. Como taes, vem em primeiro logar os *muscus*, ao passo que os conservadores provinciaes e as administrações districtaes ficam preteridos. Os roubos de sepulturas, que por lei hão de ser evitados no sentido mais lato, são praticados como se sabe a mais das vezes pelos commerciantes».

(*Berliner Tageblatt*, de 25 de Janeiro de 1910).

7. Cartorio da Igreja de Nossa Senhora de Almada em 1553

«item. visytou o visytador A arca do cartorio que estava na saocristia tem tres fechaduras com tres chaves hũa o prior, outra hum beneficiado a outra hum beneficiado de São Tiago e achou quatrocentas setemta e oito escreturas de pullgaminho, velhas e novas allgũas confirmadas por dom prior e ho ordinario e hũ liuro de purgaminho em que estauão escritas nouemta e sete escreturas dos foros das Igrejas, e as maes destas não pagauão a Igreja e as fez o visytador enxecutar».

(Codice 195 do *Cartorio de Palmella*, fl. 53).

8. Venda de objectos do Museu Nacional

A secção permanente do Conselho Superior de Instrucção foi de parecer contrario á venda de certos objectos pertencentes ao Museu Nacional das Janellas Verdes, estabelecendo tambem que, nenhum objecto ali existente poderá alienar-se sem o voto affirmativo da Academia das Bellas Artes.

(*O Seculo*, de 24 de Janeiro de 1909).

Nota.—É interessante comparar aquella iniciativa com o contendo do artigo 19.º do regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa, de 29 de Janeiro de 1903: «Os volumes truncados, rasgados, os papeis avulsos ou em tal estado de destruição que não sirvam, ou não possam ser aproveitados, serão apartados pelo director, auxiliado por dois conservadores, e inventariados como tal. § 1.º Este inventario será submettido ao conhecimento do bibliotecario-mór, que o levará á consideração do Ministro do Reino, propondo qual o destino que julgue conveniente dar-lhe. § 2.º Se a decisão for pela venda, far-se-ha em hasta publica, por intermedio do chefe da contabilidade da secretaria geral».

Como pode succeder que numa biblioteca se possa dar tal accumulacção de livros inutilizados? Ainda isto se explicaria se a de Lisboa fosse uma biblioteca popular, como as allemãs ou inglesas, com aturados emprestimos, e de que as nossas municipaes são apenas sombra. As condições da casa e a vigilancia da sala da leitura serão insufficientes para a conservacção dos livros? Em todo o caso é lamentavel tal articulado, sem justificacção.

9. Como se lia em Portugal no fim do sec. XVIII

«Todos os escritos, que fomentam superstições, podem aqui ser impressos e postos á venda sem impedimento algum; mas, pelo que diz respeito á importacção regular de livros estrangeiros em Portugal, ignoro como as coisas se passam.

A maneira mais usual e menos embaraçosa empregada pelos particulares parece ser o contrabando. Toda a gente, sem por isso incorrer

em censura, póde ler e possuir livros prohibidos; ninguem faz inquietos a tal respeito. Mas se algum particular, mesmo estrangeiro, cae na asneira de declarar na alfandega os livros que mandou vir, é de recear que tenha de esperar por elles longo tempo, e até, talvez, de ficar sem alguns, sobretudo se dizem respeito a Portugal¹. O Intendente da Policia, receando — não sem motivo —, que nelles se falle da sua pessoa ou dos seus actos, procura por todos os modos impedir a introducção no país d'esses escritos, considerados attentatorios.

Os livros de que aqui me sirvo, segundo presumo, nunca passaram pela alfandega; do contrario não me teriam chegado ás mãos sem reclamações e difficuldades, o que não vale a pena se se não trata de porções consideraveis. Quando alguém deseja qualquer livro do estrangeiro, costumam os marinheiros encarregar-se de o trazer e de o fazer chegar ao seu destino.

O francês M. de Meaussé, que montou aqui um gabinete de leitura, recebe ordinariamente quantos livros quer, mas não lhe é permitido consentir que os naturaes do país se aproveitem d'elles. Esta restricção porém é illudida por intermedio do que se chama — um terceiro.

Assim, por exemplo, se uma senhora da sociedade deseja ler qualquer volume d'essa livraria, como lhe é defeso pedi-lo emprestado, encarrega d'esse serviço qualquer estrangeiro e está o negocio feito.

Ao gabinete é licito fornecer para leitura, alem de outros livros da mesma indole, a obra, — prohibida em muitos paises —, conhecida pelo titulo: «Mémoires secrètes sur la Cour de . . . » uma côrte que recentemente se achou em estreitas relações de amizade e parentesco com Portugal.

Nas livrarias tambem se vendem livros prohibidos: estes porém não se encontram expostos nas estantes com os outros, são vendidos sem testemunhas e saem naturalmente mais caros que aquelles cuja circulaçáo é permitida.

Entre as melhores livrarias da cidade deve assignalar-se a da «Viuva Bertrand & Filhos», situada um pouco acima do Chiado. A proprietaria é franceza. A livraria portuguesa estabelecida no Terreiro do Paço, — onde se vende a gazeta do Reino —, é pequena; no entanto encontram-se lá quasi todos os livros portugueses mais modernos. Existem tambem diversas livrarias ambulantes, expostas durante

¹ Em Hespanha não é raro a Inquisição confiscar os livros que os senhores inquisidores desejam ler ou possuir. — *N. do A.*

o dia nas praças e nas ruas, e compostas em geral de 3 ou 4 estantes reunidas. Nellas porém não se encontram senão livros velhos e alfarabios, já sem procura, a não ser para algum pobre diabo que por preço irrisorio deseje dar-se o luxo de uma livraria. Mas por acaso, de tempos a tempos, sempre apparece por lá algum livro bom.

A gazeta do reino, que se publica tres vezes por semana, é bastante magra; alem de algumas incompletas noticias do estrangeiro, contém apenas as mais importantes promoções internas, e 3 ou 4 annuncios. De resto, todas as publicações officiaes e annuncios como os que entre nós enchem as columnas do «Stockholms Dagligt Allehanda», são aqui affixados nas esquinas das ruas. Acontece porém que ás vezes os serviçaes incumbidos d'esse trabalho não sabem ler, de fórma que, não raro, annuncios e publicações officiaes apparecem collados ás avessas, de pernas para o ar, tornando-se por isso a sua affixação perfeitamente inutil».

«Viagem em Portugal de C. J. Ruders, 1798-1801», no *Diario de Noticias*, de 25 de Fevereiro de 1909.

10. O palacio de Queluz—Um museu de arte

A direcção da Academia dos Estudos Livres entregou hontem ao Sr. Ministro das Obras Publicas uma representação em que advoga a ideia de transformar o palacio de Queluz num museu de arte do sec. XVIII. É um pedido justo que deve merecer toda a attenção dos poderes publicos.

Eis os termos da alludida representação:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. A direcção da Academia dos Estudos Livres, em cumprimento do desejo manifestado pelos socios, que visitaram o palacio real de Queluz na tarde de 25 do mês findo e ficaram impressionados com a magnificencia do primeiro estilo francês «rocaille» do sec. XVIII, tão brilhantemente empregado pelos eminentes architectos d'aquella obra magistral, Mateus de Oliveira e Jean Robillon, tanto nas fachadas externas como nalguns dos preciosos salões, vem respeitosa e secundar o voto da illustre Sociedade dos Architectos Portugueses, pedindo que seja aquelle palacio rastaurado na parte damnificada e nelle estabelecido um museu de artes decorativas do mesmo sec. XVIII, comprehendendo peças de mobiliario, de ourivesaria, de vestuario, louças, azulejos, miniaturas, tudo, emfim, que possa servir para o estudo de uma epoca tão notavel na arte.

Lisboa e sede da Academia dos Estudos Livres, 4 de Agosto de 1909.—A direcção: Antonio Francisco Marques, Antonio Joaquim de Sá Oliveira, Damião Duarte, Francisco Bernardino Cardoso, Hen-

rique Pedro Ribeiro de Sousa, Joaquim Bento da Costa, Joaquim Cardoso de Oliveira Gonçalves e José Vieira dos Santos».

(Do *Diario de Noticias*, de 26 de Agosto de 1909).

Nota.—Transformá-lo em Museu, sim; mas do sec. XVIII é difficil ou impossivel. É sempre melindroso fazer classificação tão circunscrita.

11. O mosteiro de Almoester

Almoester, 8.—C.—O temporal causou grandes estragos no antigo convento das Bernardas, d'esta localidade. Uma parte das casas onde ao tempo estiveram installados os dormitorios, e que hoje pertencem á Coudelaria Nacional, desabou com fragor, hoje, pelas 8 horas da manhã, não victimando por um pouco uma sobrinha do guarda do mesmo edificio, que alli dormia e que se havia levantado momentos antes.

Todas as casas que formavam o antigo mosteiro ficaram sensivelmente arruinadas, especialmente aquellas em que estão installadas as escolas officiaes.

(Do *Seculo*, de 10 de Novembro de 1909).

Nota.—O antigo mosteiro de Almoester teve a sorte do mosteiro de Santa Clara de Santarem; e o mesmo terá, se a não teve já, o da Castanheira do Ribatejo. Assim vão desaparecendo os edificios monacaes que seria bom conservar, alguns pelo menos, no estado primitivo, não para os restabelecer, mas para esclarecimento da historia da civilização. Não é só a arte que tem valor.

12. Medalhas e um relógio do sec. XVIII

«... na Historia se ve a pureza da Lingoa, se falla com os termos mais proprios das Artes, e das Sciencias e se examina e descobre a verdade dos Monumentos, a intelligencia das Medalhas e a significação das Inscriptões».

(«Copia da carta que o Ex.^{mo} Senhor Dom Luis da Cunha escreveu em resposta á do Marquez de Alegrete em 10 de Março de 1723», nas *Cartas para a côrte do anno de 1723*, tom. XXI, ms. da Torre do Tombo).

«Remetto a V. S.^a a carta que me escreveu Souilly para se escusar de não ter acabado a Pendula no tempo prometido, e pela mesma Carta verá V. S.^a o que diz a respeito das suas obras, sobre as quaes S. M. ordenara o que for servido á vista da custa, resposta que lhe pede que vai a copia».

(«Officio para Diogo de Mendonça, de 29 de Janeiro de 1726, de D. Luis da Cunha, assistente em Bruxellas», nas *Cartas para a côrte, do anno de 1726*, fl. 4).

«Eu dezejey ter em bom commodo a Historia metalica de El Rey Luis XIV, ou para melhor dizer as medalhas que a compoem, pello que Mr. Hermand me offerece a que V. S.^a vera da sua carta; mas o meu estado por tirar as suas circumstancias já me não permite esta curiosidade; e assim se V. S.^a a quiser, se bem que supponho que já a terá, pode V. S.^a mandar ordem a Estevão Lejoy para que a receba e a pague pello preço que o dito Hermand refere».

(De 1 de Fevereiro de 1726. *Idem*, fl. 18).

13. Antiguidades de Lourinhã e Olho Marinho

Proximo do castello da villa da Lourinhã foi encontrado ha mais de quarenta annos um jogo de bola (bolas e paulitos) incompleto, feito de ouro.

No sitio do Olho Marinho tem apparecido em varias occasiões panelas com dinheiro antigo de cobre e outros objectos, o que faz suppor aos moradores do logar a existencia de uma cidade.

14. A Fonte dos Amores em Coimbra

No maço 5 do cartorio de Santa Clara de Coimbra encontra-se um instrumento de aforamento, feito em 24 de Setembro de 1543, com o n.º 16. O aforamento que se fez foi de um olival situado por detrás do referido mosteiro á *fonte dos amores*. As referencias mais recentes á Fonte dos Amores encontram-se nos livros dos Srs. Vieira Natividade, *Ignez de Castro e Pedro o Cru*, e Faustino da Fonseca, *Historia e Lenda de Ignez de Castro*.

15. Sacavem

A etymologia de Sacavem, ás portas de Lisboa, ainda não é conhecida. O Sr. Adolfo Coelho, nos *Serões*, dá a fórma antiga *Sacavena*. Terá este nome alguma relação com um individuo chamado *Sacavino* ou *Saquavino*, que encontro em 1302 (1264) num inventario de bens em Mello? O documento é do cartorio de Santa Clara de Coimbra, maço 4, n.º 10.

16. O Arco de Santo André

Do illustre escritor e investigador infatigavel Sr. Visconde de Castilho recebemos a seguinte carta, de que muito gostosamente damos a immediata publicidade:

«Sr. redactor: Permitta-me V. que o tome para confidente da magua que sinto ao acabar de saber que se projecta a demolição do Arco de Santo André. Ouço que é para commodidade da linha do elevador da Graça.

Nada mais benemerito do que é a-Companhia que instaurou e mantém esse melhoramento dos ascensores mecanicos; os serviços que tem prestado, toda a Lisboa os reconhece e louva certamente; mas ha considerações que por si mesmas se impõem quando se trata de beneficios materiaes. O velho Arco de Santo André protesta em nome do passado, por que se acha intimamente ligado com a Historia de Portugal.

Não é aqui o lugar de descrever a cêrca de el-rei D. Fernando I, cinta de pedra levantada como por milagre desde 1373 até 1375, sendo director da construcção João de Almada; basta lembrar que essa cêrca livrou da invasão castelhana a cabeça da monarchia.

Não lhe valeu essa circumstancia; a ingratitude de successivas vreações tem vandalizado o que restava d'essa couraça de pedra; as suas portas desapareceram: a da Cruz, para a passagem da estatua equestre em 1775; a de Santo Antão, para a entrada solemne do Marquês de los Balbazes em 1728, etc., etc., etc. Resta a da Mouraria (Arco do Marquês de Alegrete), e resta a de Santo André. Esforcemo-nos por preservá-las de total destruição. Estes padrões assim nobilitam uma cidade; são documentação preciosa dos seus feitos; melhoram a alma popular; mantem o fogo sagrado do patriotismo.

É bem de esperar que a illustrada Companhia desista do seu proposito; e é probabilissimo que, no proprio momento em que se celebra o centenario de Alexandre Herculano, a vereação lisbonense, á frente da qual se acha um elevado espirito, um historiador emerito, um estudioso como poucos, e um mantenedor das tradições nacionaes, não consinta mais essa profanação ¹.

Pelo lado propriamente historico haveria aqui immenso que dizer, descrevendo factos interessantes de cinco seculos. Essas considerações mereceram a algumas antigas camaras muita attenção, desde o «instrumento de diligencias» de 1509, até o «alvará» de 1772. Tenho fé em que esta Camara actual escutará attenta essas tradições.

Pelo lado material, é muito de recear que a demolição do Arco vá comprometter a segurança do palacio de S. Ex.^a o Conde da Figueira, vivenda historica ali erguida desde o sec. xv, e um dos rarissimos exemplares que ainda nos restam das edificações nobres da vetusta Lisboa.

Confio em que, tanto a Companhia como a Camara, se compen-trem do caso, e não dêem o miseravel espectáculo do desrespeito áquelle veterano sem salario, áquelle pobre Arco inffensivo, que nada nos pede,

¹ É uma justa referencia ao Sr. Anselmo Braamcamp Freire, que mantém ha sete annos o *Archivo Historico Português*.

senão que o deixemos continuar a ser o que sempre foi: testemunha calada e eloquente de glorias da cidade. Quando lá fóra tanto se venera o passado, não dê Lisboa mais uma prova de tradicional menosprezo aos seus proprios brasões.

O *Diario de Noticias* certamente advogará esta boa causa como ha quarenta annos tem advogado tantas outras. A «Commissão dos Monumentos Nacionaes», e a «Real Associação dos Archeologos», hão de sem dúvida levantar a sua voz.

Inspire-os a sombra de Herculano,

Lumiar, 14 de Março de 1910.

Sou, Sr. redactor, de V. etc., *Julio de Castilho.*»

(Do *Diario de Noticias*, de 16 de Março de 1910).

17. Insignias municipaes

As armas e as bandeiras de Lisboa. — Conferencia historica pelo Sr. Major Santos Ferreira

Na sede da União Christã da Mocidade, Rua das Gaivotas, ao Conde Barão, effectuou hontem o Sr. Major Santos Ferreira, perante numeroso auditorio, a sua annunciada conferencia sobre insignias municipaes e especialmente sobre as armas e as bandeiras de Lisboa.

Esse trabalho, muito interessante, veio completar — por assim dizer — um outro que S. Ex.^a ha tempos brilhantemente tratou na sede da mesma instituição, sobre o escudo de armas de Portugal, e do qual fez desenvolvido extracto o *Diario de Noticias*.

A organização dos municipios. — Foraes e insignias

O illustre official do exercito, apresentado ao auditorio com palavras de merecido elogio, proferidas pelo Sr. Rodolfo Horner, digno secretario da União Christã da Mocidade, começou por se occupar da organização dos municipios, sustentando que ella derivou mais das exigencias locaes e do contacto com os Arabes do que da tradição do municipio romano.

Referiu-se em seguida S. Ex.^a aos foraes e ás insignias que os municipios adoptaram — arma e bandeira — occupando-se tambem dos pelourinhos, manifestando dúvidas sobre se elles eram ou não a insignia municipal.

Tratou depois da origem dos escudos de armas, que procedem ou das armas do reino, nas terras realengas, ou das armas dos donatarios, nas terras de particulares, ou das insignias das ordens militares, nas terras a que estas pertenciam, ou, emfim, de circumstancias locaes, como a resistencia de um castello, de uma ponte, etc.

As armas de Lisboa e a tradição

Occupando-se especialmente das armas de Lisboa, o illustre conferente disse ser antiga tradição que ellas representam o navio que trouxe do Algarve as reliquias de S. Vicente. O orador vê nesta tradição uma tentativa para se explicar aquillo a que explicação não se encontrara, e demonstra que de tempos antiquissimos a insignia de Lisboa devia ser um navio, pois tal era o distinctivo de todos os portos maritimos da Peninsula, como facilmente reconhece quem consulta a collecção das medalhas romanas. A despeito do navio ser distinctivo uniforme dos portos maritimos, havia differenças no desenho de cada um, tanto no que respeitava ao apparelho, como á disposição de pequenos accessorios nauticos nelles contidos. Um dos accessorios mais notaveis dos antigos navios de alto porte era o «corvo», maquina de guerra inventada por Duilio e da qual nos deixou minuciosa noticia a obra de Polybio.

Era essa machina situada á proa do navio e tinha a collocação no acto da abordagem.

A tradição devia ser, pois que a insignia de Lisboa era uma nau com um «corvo» á proa e porventura uma aguia á ré, como se via em todos os navios romanos.

De aqui a natural passagem para um caso milagroso que deu ao «corvo» de Duilio asas e bico, que aquelle não tinha¹.

Outras armas municipaes.—As côres da bandeira de Lisboa

S. Ex.^a addiciona ainda varios outros exemplos elucidativos do assunto, tomados das armas de Coruche, Albufeira, etc.

O illustre conferente tratou successivamente das côres da bandeira de Lisboa, branca e preta, de cuja existencia poucos sabem, e manifestou o seu vehemente desejo de que na nossa capital se seguisse o exemplo das cidades de outros países, onde se arvora em dias festivos a bandeira do municipio.

(Do *Diario de Noticias*, de 30 de Novembro de 1907).

Nota.—O culto de S. Vicente é, parece-me, de origem franceza ou provençal. O *Vincentius* latino daria em portuguez *Vicenço* (cfr. Vicencia) e não Vicente, nome este que é derivado do francês *Vincent*. Sabe-se que com a conquista de Lisboa

¹ [Esta explicação das armas de Lisboa é puramente *a ratiõne*. Seria necessario discutir primeiro todos os elementos da lenda dos «corvos». Cfr. *Religiões da Lusitania*, II, 215, nota.—J. L. DE V.]

por D. Afonso I se introduziu logo o culto do santo, o que não admira por nella tomarem parte grande numero de cruzados, muitos dos quaes se estabeleceram na cidade, quer na qualidade de ecclesiasticos, quer na de colonos, segundo a tradição.

18. O convento do Barrô quasi destruido—Os educandos conseguem fugir pela capella

S. Martinho de Mouros, 31.—C.—Acaba de ser reduzido a cinzas a fachada principal do convento do Barrô, sendo os prejuizos enormes.

Não houve, felizmente, victimas que lamentar, conseguindo o grande numero de educandos que tem fugir pela capella.

Arderam roupas e mobílias.—E.

Lamego, 1.—T.—No sabbado foi pasto das chammas o antigo convento do Barrô, sem comtudo haver desgraças pessoaes. Os prejuizos são avaliados em muitos contos de réis.

(D-O *Seculo*, de 2 de Abril de 1906).

19. A frêguesia de Nossa Senhora dos Anjos

O visitante de Lisboa que, saindo do Rocio —actualmente com a denominação Praça de D. Pedro—, se dirija para o bairro oriental, e, passando pela Mouraria, entre, um pouco mais a cima na Rua do Boiformoso, hoje Bemformoso, e, portanto, no perimetro da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, venha, pelo Intendente, até a moderna Avenida D. Amelia, e d'aqui passe a Arroios, não pensará, talvez que todo aquelle vasto terreno recortado de ruas, onde se encontram edificios de boa architectura, era no tempo de D. Fernando I campos de sementeira, olivedos, alguns casaes, hortas e quintas, e que os Mouros espalhados em tortuosas vielas no sitio da Mouraria, fóra das portas da cidade, tinham nos fornos do Tijolo, o «almocabar», isto é, o seu cemiterio. Pois assim era.

A cidade circunscrevia-se no espaço, então considerado bastante extenso, marcado pelo rei cognominado «o Formoso».

Mais tarde, no reinado do cardeal D. Henrique, arcebispo de Lisboa, «O Casto», tendo aumentado a população e achando-se construida a capella sob a invocação de Nossa Senhora dos Anjos, que era dependente da freguesia de Santa Justa, foi a mencionada capella, em consequencia do incommodo que os soccorros espirituaes a tão distantes moradores occasionava aos padres de Santa Justa, elevada a matriz, ficando desannexada da referida freguesia, sendo depois no reinado de D. Filipe III, «O Grande», ampliada com o dinheiro produzido de 5 por cento dos alugueres das casas existentes na mesma parochia.

Assim menciona o padre João Baptista de Castro no seu *Mappa de Portugal* impresso em 1748.

Havia nesta igreja, diz igualmente o padre João Baptista de Castro. uma collegiada com 11 capellães, a irmandade do Santissimo com 2 capellães, a das almas com 14, a de Nossa Senhora da Conceição com 1, a confraria dos Anjos com 1 e a de S. João Baptista com outro.

Da capella-mór foi padroeiro D. Francisco de Sousa, capitão da guarda de Sua Majestade e presidente da mesa da Consciencia.

O velho templo de Nossa Senhora dos Anjos, que dentro em poucos meses será substituído pela nova igreja levantada a expensas da Camara Municipal na Avenida D. Amelia para o proseguimento das obras da mesma Avenida, é de uma só nave. No subterraneo da capella-mór tem a nobre casa de Linhares, por propriedade, o seu jazigo.

Junto á sacristia e ao Regueirão dos Anjos, no local atravessado pela Avenida, existia o cemiterio da freguesia.

O templo foi destruído pelo terremoto de 1775 sendo restaurado em 1788. É revestido de antiga obra de talha dourada, tornando-se notavel a que embelleza a capella-mór e os altares. No tecto admiram-se algumas telas referentes a assuntos biblicos e á vida de Christo. Por sobre o arco da capella-mór existe uma bonita capella do Senhor Jesus. Tem duas sacristias, numa das quaes se conserva uma tela com o retrato de Santo Antonio que se presume ser autentico.

*

A nova igreja, começada a construir em 13 de Fevereiro de 1889, tem interiormente as mesmas dimensões da antiga igreja. O edificio é, porém, com as suas dependencias, maior; e a architectura, muito superior e com excellentes linhas, é agradável. A planta foi delineada pelo Sr. José Luis Monteiro, architecto da Camara Municipal.

O districto da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos era muito extenso, e a este respeito são curiosissimas as informações que nos fornece o padre Antonio Carvalho da Costa, do habito de S. Pedro e mathematico, na sua *Chorographia Portuguesa*.

Cabe aqui dizer que o primeiro volume da mencionada obra, offerecido a el-rei D. Pedro II, «O Pacifico», foi impresso em 1706; o segundo volume, offerecido a el-rei D. João V, «O Magnanimo», imprimiu-se em 1708; e o terceiro, offerecido á Serenissima Senhora D. Mariana de Austria, rainha de Portugal, imprimiu-se em 1712.

Em 1868 fez-se segunda edição, a qual foi impressa na typogra-

phia de Domingos Gonçalves Gouveia, na Rua Nova, da cidade de Braga.

O districto da freguesia era, como dizemos, extenso. Começava no postigo, Arco de Santo André, que era uma das portas da cidade, e estendia-se á quinta da Fonte do Louro, e entre outras estradas e quintas devemos mencionar a calçada de Santo André, Rua da Oliveirinha, Olarias e suas ruas calçadas e travessas, Rua do Boiformoso com as suas travessas, os Fornos do Tijolo, o lado esquerdo da estrada da Penha de França, e as quintas do mesmo lado até a da Fonte do Louro; a rua a seguir á igreja até o logar de Arroios, a Bemposta, parte da Carreira dos Cavallos, hoje Rua Gomes Freire, calçada do Avalade até o Arco do Cego, Rua do Sol, as quintas na estrada da Charneca até a quinta denominada Lagares de El-Rei, que pertenceu a D. Lourenço de Almeida.

Foi dado á quinta o nome de Lagares de El-rei por nella se fabricarem, no reinado de D. Filipe II, «O Pio», os vinhos destinados ás armadas reaes.

Existiam no districto muitas ermidas, não poucas dentro de quintas, de algumas das quaes nem vestigios restam; outras, porém ainda se conservam abertas ao culto. Entre as numerosas ermidas mencionaremos as seguintes: de Jesus Maria José, no sitio da Bemposta; de Santa Barbara, no largo da mesma denominação; de S. João Baptista, na quinta das Ameias, estrada de Sacavem; de Nossa Senhora do Resgate de S. Gens, bispo de Lisboa; do Espirito Santo, numa quinta situada a Arroios e que pertenceu a Luis Joseph de Vasconcellos; de Santo Antonio, na quinta dos Acyprestes, e de Nossa Senhora da Conceição, na Carreira dos Cavallos.

A ermida de S. Gens foi fundada no monte em 1243 pelos frades de Santo Agostinho, que obtiveram por doação a propriedade do terreno e ali construíram tambem um modesto convento onde permaneceram até o anno de 1271, em que se estabeleceram em Almofala, actualmente Graça.

Foi na falda do monte, ao pé do «Almocabar» dos Mouros, que S. Gens, no anno 66 da era christã, soffreu o martyrio.

A ermida de Santa Barbara foi mandada construir por Inacio Lopes de Moura, desembargador dos Aggravos, e todos os annos festejava com grande pompa a imagem. A ermida foi destruída pelo terremoto de 1755; no local existem actualmente magnificas propriedades.

Tambem já existia, alem do convento de Nossa Senhora da Penha de França, o da Nossa Senhora do Destino, que pertencia aos religiosos de S. Bernardo, fundado em 8 de Abril de 1591, actualmente trans-

formado em hospital dependente do hospital de S. José. Na igreja, independente do edificio hospitalar, veneram-se as imagens de Nossa Senhora do Destino e a do Senhor dos Passos. A irmandade goza de varios privilegios de concessão regia.

Em todo o districto abundavam as fontes e poços, na maior parte dentro de hortas e quintas. Vamos mencionar as seguintes: Fontainhas, bica dos Anjos, do Destino, chafariz de Arroios, o antigo poço dos Mouros e Fonte do Louro.

A agua que alimenta a bica das Fontainhas brota de um rochedo de grande profundidade da quinta velha da Bemposta, e tem um extenso cano revestido de cantaria, construido pelo senado em 1685, no reinado de D. Pedro II, e por onde um homem pôde andar á vontade. Numerosas pessoas, algumas de pontos distantes, servem-se da agua que é considerada medicinal e de utilidade ás molestias de bexiga.

Occupariamos largo espaço se tentassemos fazer uma minuciosa informação historica da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. O nosso desejo é, porém, seja-nos permittida a franqueza, tão sómente contribuir, posto que fracamente, para que se saiba, ainda que resumidamente, como começou a freguesia, qual o seu orago e o seu antigo districto.

Não nos move outro desejo.

Melhor do que nós apparecerá, sem dúvida, quem, com melhor copia de conhecimentos historicos e theologicos, possa derramar mais intensa luz sobre tão importante e curioso assunto. E oxalá que assim succeda, com o que muito terá a ganhar a instrucção popular.

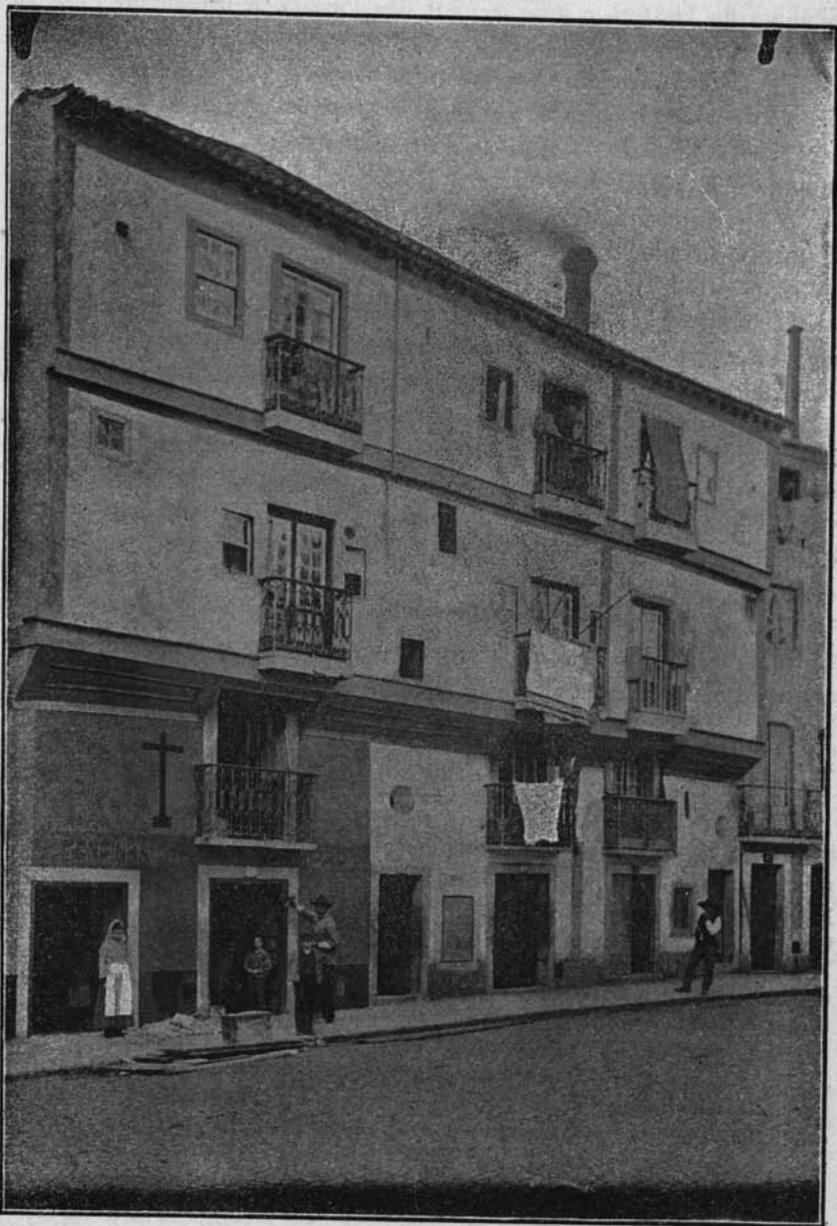
(*Diario de Noticias*, de 23 de novembro de 1907).

Nota.—A data certa da criação da freguesia dos Anjos não a posso documentar, mas já no reinado de D. João III se fazia sentir a necessidade de nova parochia que se projectou estabelecer em Santo Antão da Mouraria (Colleginho), conforme se lê no documento publicado n-*O Arch. Port.*, v, 278.

Fundou-se pelo meado do sec. xvi uma igreja que já no principio do reinado de Filipe I estava tão arruinada que, em 3 de Janeiro de 1588, se expediu um alvará a pedido dos fregueses da igreja dos Anjos, com informação do Dr. Brás Ferreira, provedor dos residuos e capellas de Lisboa, para serem fintados até 5:000 cruzados todos os que na freguesia tivessem casas, quintas, hortas, olivae, etc., cobrando-se a razão de 5 por cento do rendimento das suas fazendas com o fim de se fazer nova igreja pela traça approvada. Encontra-se este alvará nos *Privilegios* de Filipe I, liv. 1, fl. 200.

No mesmo anno, em 15 de Outubro de 1588, passa-se o alvará com o regimento da avaliação, cobrança e obras da igreja, nomeando-se juiz da obra D. Diogo de Lima, escrivão Manoel Godinho de Castel Branco, conselheiros Francisco Machado de Goios, Fernão de Sousa, Affonso de Torres de Magalhães, Antonio Garcez, Rui Gonçalves e Jeronimo Coelho, thesoureiro Gonçaló Coelho,

avaliadores Antonio Mendes e Antonio Gonçalves, todos moradores na freguesia. O registo do alvará acha-se nos *Privilegios* de Filipe I, liv. v, fl. 226.



O alvará de 14 de Dezembro de 1601, registado nos *Privilegios* de Filipe II, liv. III, fl. 30, chamou Fernão de Sousa de Castel Branco para exercer as funções

de juiz da obra da igreja dos Anjos, em lugar de Manoel Antunes, fallecido, e para deputados da mesma obra o conego Nuno Alvares de Faria, Antonio Moniz



Pereira, Manoel Barreto Cernige e Baltasar Pires Machado, em lugar de outros que tinham fallecido.

Em 18 de Junho de 1611, a pedido de João Furtado de Mendonça, fidalgo da Casa Real, na qualidade de juiz das obras e finta da igreja dos Anjos, sob

informações do Dr. Sebastião de Carvalho, se lançou nova finta por espaço de quatro annos com destino ás obras. No liv. xxix das *Doações* da chancellaria de Filipe II, a fl. 19 v, encontra-se o respectivo registo.

Essa finta ainda não foi sufficiente, porquanto em 30 de Julho de 1621 o juiz das obras e fintas, Miguel Maldonado, alcançou novo alvará, com approvação do Dr. Sebastião de Carvalho, deputado da Mesa da Consciencia e Ordem, para se cobrar por mais treze annos a quantia destinada para a igreja dos Anjos, extra-muros de Lisboa. Ficou registado o alvará a p. 176 do liv. xxxviii de *Doações* da Chancellaria de Filipe III.

Em 20 de Julho de 1632 foram autorizados o juiz e officiaes da confraria de Nossa Senhora dos Anjos a receber 105000 réis de tença assente na casa do Pescado da cidade de Lisboa, que lhes deixou Jeronimo de Acha, contador dos contos do reino e casa, alem de mais 125476 réis de juro particulares para mantimento de um capellão e para a fabrica da igreja. Acha-se no liv. xx da Chancellaria de Filipe III a fl. 323 v.

Numas averiguações que se fizeram em 1792 encontrei o seguinte:

«Sr João Manuel de Pontes—O que se me offerce dizer em execução das ordens de S. Mag.^{do} dirigidas ao D.^o Provedor das Capellas, he que nesta Igreja Prioral dos Anjos não ha Beneficios alguns, mas somente huma Collegiada de onze Capilaens da Apresentação do Ex.^{mo} D. Rodrigo de Souza Coutinho; e cada hum dos quaes percebe annualmente a quantia de 625 reis pelo Real Erario ou repartição dos Juros Reaes.

Esta Igreja he da Apresentação do Ex.^{mo} Cardeal Patriarca. Não tem Dízimos, e o Paroco se sustenta das oblações dos seus Paroquianos. Não possui esta Igreja bens de qualidade alguma. Entendo que a Irmandade do S.^{mo} desta Freguesia possui alguns Prazos muito insignificantes; mas como a respeito da mesma Irmandade se me não manda fazer avrigmação alguma, não entro neste exame.

Com isto penso ter satisfeito exactamente ao que da parte de S. Mag.^{do} se me ordena. Fico ao dispor de V. M.^{ce} a que Deos guarde muitos annos. Lisboa, 4 de Agosto de 1797—De V. mercê muito seu obrigado—*João da Silva Barbosa*».

(*Autos de Inspeções para averiguar os numeros das Collegiadas desta Comarca com o numero dos Beneficios de que ellas se compoem com o seo total rendimento e Padroeiros do mesmo. No Desembargo do Paço, Cortes, Extremadura e Ilhas, maço 1946, n.º 7, fl. 17*).

Dentro da freguesia ainda se encontram algumas habitações antigas, taes como as representadas nas gravuras juntas, que estão situadas na rua do Bem-formoso. O pintor Roque Gameiro reproduziu-as num quadro, vindo a gravura d'elle no *Catalogo Illustrado* da Exposição do Rio de Janeiro em 1903.

Tem as referidas casas os numeros 93 a 104 e 109 a 113. A cruz que se encontra entre as portas 93 e 95 indica os limites das freguesias do Socorro e dos Anjos. O aspecto das casas não é muito diverso do das habitações das outras regiões da Europa dos secs. xvi e xvii, pelo que se deduz que o cosmopolitismo architectonico não é só de hoje.

O que modificou extraordinariamente as nossas ruas foi a suppressão das adufas ou rotulas, quer pela via policial, quer por espirito de imitação. Um passeio pelas ruas antigas do Lisboa dá, posto que apagada, uma impressão do que a cidade era ha dois seculos.

Em 27 de Março de 1775, em pleno regime pombalino, publicou-se um edital para que os moradores de Lisboa reedificada tivessem sempre as vidraças com todos os vidros, reformando-os, quando for preciso, dentro de tres dias (J. P. Ribeiro, *Indice Chronologico*, II, 113).

O regime mariano não lhe ficou atrás, como se vê pela disposição de 18 de Abril de 1785.

Em 1661, um viajante inglês avisa os seus compatriotas vidraceiros que Lisboa era uma terra importante para a saída dos seus productos, porquanto as habitações não tinham vidros nas janelas. Onde o português acharia motivo plausível para gracejo, o inglês encontrava o valor positivo da observação. (Sousa Viterbo, *O vidro e o papel*, 1903, p. 43, separata do *Instituto*).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Antas do concelho de Ponte de Lima

O presente escrito vem adicionar algumas unidades ao inventario, já copioso, mas ainda longe de ser completo, dos monumentos prehistoricos do nosso país denominados *antas*, *mamôas* ou *mámoas*.

Depois de viver cêrca de tres annos na villa de Ponte de Lima, e quando já, apesar de bastantes pesquisas e passeios pelo concelho, desesperava de encontrar d'aquelles monumentos, dos quaes julgava apenas restaria o onomástico ¹, veio-me á mão, em principios de 1909, o fio que me havia de conduzir ao encontro de uma boa porção d'elles, aqui mesmo ao pé da villa. É ao meu prezado amigo, o distincto medico Dr. Manoel Oliveira, que eu devo a descoberta. Para o pequeno mas valioso estudo que S. Ex.^a publicou no bello *Almanaque do Commercio do Lima para 1908*, sobre a restituição dos limites dados a Ponte de Lima no foral de D. Teresa, precisou elle de consultar o tombo parochial de S. João da Ribeira, freguesia confinante com a villa; e, ao percorrê-lo, encontrou, na altura em que se trata da demarcação dos limites entre aquella freguesia e a de S. Bento, certas passagens para que me chamou a attenção.

Foi assim que pude descobrir as mamôas do *Pinhal dos Carreiros* e do *Outeiro dos Casaes*.

Pesquisas posteriores fizeram-me encontrar mais algumas junto ao *castello da Miranda* e em *S. Julião de Freixo*.

¹ Na freguesia da Correlhã ha os logares da *Anta* e da *Mámoa*; a norte da collina de Santo Ovidio ha o monte de *Antelas*; a freguesia de S. Bento teve tambem o nome de S. Mamede de *Arca*, termo conhecido dos archeologos como applicado ás antas em algumas localidades.